



BOLETIM INFORMATIVO

NOVEMBRO / DEZEMBRO 2007

EDITORIAL

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS E SILVO-AMBIENTAIS

Estratégia errada do MADRP e desadequado “período especial” de candidaturas impedem Agricultores de se candidatarem



Depois de 3 Campanhas – 2005-06-07 – sem possibilidade de novas candidaturas às Medidas Agro-Ambientais (MAA) porque o MADRP não as abriu, a necessidade era grande mas foram goradas as expectativas dos Agricultores porque:

✓ Em relação ao programa (ex) RURIS que vigorou de 2000 até 2006, o MADRP reduziu drasticamente - de 21 para apenas 3 – o número das Medidas Agro-Ambientais no âmbito do agora PDR/ProDeR e reduziu-lhes o investimento público em 55% o que é uma redução também ela muito drástica;

✓ O MADRP lançou uma Campanha de Candidaturas, que designou por “período especial” de candidaturas às MAA, mas sem o mínimo de condições e garantias:

• As candidaturas são condicionadas porque o PDR//ProDeR, 2007-2013 só foi aprovado depois de terminado o período de recepção;

• Fixou, o MADRP, um calendário inicial de 28 de Setembro a 31 de Outubro para as novas candidaturas às MAA mas, na realidade, só começou em meados de Outubro, e a conta gotas, porque os serviços do MADRP ainda não estavam preparados, o que obrigou a prorrogar sucessivamente o “período especial” até 15 de Novembro;

• O Ministério da Agricultura, depois de muitos anos sem prestar este tipo de serviços aos Agricultores, pretendeu que fossem principalmente as cinco DRAP, Direcções Regionais de Agricultura

e Pescas, a receber estas novas candidaturas às MAA, assim relegando, para segundo plano, o Movimento Associativo Agrícola que apenas “convidou” a participar no processo.

Está à vista o mau resultado da “estratégia” errada do MADRP:

✓ Não terá chegado a 13.000 o número de Agricultores que agora se candidataram.

✓ Os serviços do MADRP – nas cinco DRAP – apenas terão recebido cerca de 5,5% das candidaturas agora entradas no sistema.

✓ Saliente-se que 75.435 Agricultores beneficiaram das MAA's na Campanha 2004/2005 e que se atingiu 78.177 inscritos na Campanha de 2006/2007.

Portanto, este processo precipitado e da responsabilidade do MADRP e do Ministro da Agricultura em especial, demonstrou ainda que, com a sua experiência, ligação aos Agricultores e capacidade de trabalho, o Movimento Associativo Agrícola Nacional é indispensável aos Agricultores e ao País.

Por isso, mais uma vez se reclama ao MADRP e ao Governo que dialoguem e respeitem melhor os direitos dos Agricultores, o que implica que também saibam dialogar e respeitar melhor as Organizações Agro-Rurais Portuguesas.

O Executivo da Direcção Nacional da CNA

DESTAQUES

- CNA em vigília frente à Assembleia da República
- XIX Aniversário da ALDA

CADERNO TÉCNICO

- ADERAVIS Apicultura
- ProDeR - Medidas Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais

Dossier Técnico no âmbito da Medida 10 do Programa Agro



CNA EM VIGÍLIA FRENTE À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No passado dia 29 de Novembro, a CNA e Associadas promoveram uma vigília simbólica em Lisboa, frente à Assembleia da República, com o objectivo de alertar os Órgãos de Soberania e a Opinião Pública para a importância da Lavoura e do Movimento Associativo na defesa dos Agricultores.

Entre as 14h30 e as 22h00, cerca de uma centena de pessoas, entre Dirigentes Associativos, Técnicos e outros Trabalhadores ao serviço da CNA e Associadas, não arredaram pé de frente da Assembleia da República, empunhando bandeiras negras em sinal do sentimento de luto que paira sobre o movimento associativo, face às mais recentes decisões do MADRP.

Recorde-se que nos últimos 12 anos, o Estado e vários Governos transferiram a prestação de importantes serviços aos Agricultores para as Organizações Agro-Rurais, nomeadamente a recepção de candidaturas às ajudas da PAC e a formação profissional.

Agora, o Executivo, e o Ministério da Agricultura em particular, estão a quebrar os acordos estabelecidos.

Além disso, o Ministério da Agricultura deve, há cerca de um ano, 1 milhão e 595 mil euros à CNA e às suas Associadas, uma soma avultada que deixa

estas organizações numa situação bastante difícil.

Durante a iniciativa foi distribuído aos cidadãos que por ali passavam um documento no qual se expõem os motivos da vigília, de modo a sensibilizar a opinião pública para os problemas que a Agricultura tem vindo a enfrentar nos últimos anos e que agora se agravam.

Paralelamente, uma delegação dos presentes foi recebida pela Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional da Assembleia da República, perante a qual foram expostas as principais reivindicações aos representantes de cada uma das bancadas parlamentares, nomeadamente no que respeita à dívida para com a CNA e Associadas e à denúncia dos protocolos anteriormente estabelecidos. Realizou-se ainda um encontro com um representante do Primeiro-Ministro, na Residência Oficial do Chefe do Governo.

Durante perto de nove horas em vigília, dirigentes associativos vindos de vários pontos do país manifestaram a sua indignação perante uma situação cada vez mais asfixiante para as organizações agrícolas e para os Agricultores, com o propósito de garantir que os problemas da Lavoura e do Mundo Rural não caiam no esquecimento.

XIX ANIVERSÁRIO DA ALDA

Casa do Povo do Troviscal (Oliveira do Bairro) – 2 de Dezembro de 2007

Cento e vinte convivas, corresponderam e juntaram-se para mais este Convívio, na comemoração dos dezanove anos de vida da “jovem” ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro.

Oportunidade para se degustar alguns dos produtos típicos da região, com destaque para o Leitão da Bairrada acompanhado pelo vinho com a mesma “designação de origem geográfica”.

Correu o repasto, discorreu a conversa. Cimentou-se esta relação profunda entre a ALDA, os seus Associados e Dirigentes.

Por alturas da “sobremesa”, aconteceram os “discursos” da ordem. E assim intervieram Moura (Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ALDA); o Padre Manuel Dias, grande Amigo e também Dirigente da ALDA e da CNA; João Dinis, em representação da Direcção Nacional da CNA; Albino Silva, Presidente da Direcção da ALDA. E, como anfitriões da iniciativa, também intervieram o Presidente da Direcção da Casa do Povo e o Presidente da Junta de Freguesia do Troviscal.

António Maia, como sempre na organização do evento, ainda teve tempo para leiloar um dos Leitões da Bairrada a reverter para fundos da Associação.

Para além do descrever da situação da Lavoura e das principais reclamações por parte de quem nela vive e trabalha, também se destacou o papel insubstituível da ALDA e da CNA na defesa e promoção dos direitos e interesses dos Agricultores. Assim, reclamou-se ao Governo mais respeito pelo Movimento Associativo Agrícola e pela própria Democracia



Preço do Leite ao produtor

Por Miguel Bento

O sector leiteiro em Portugal passa por uma crise profunda. A falta de leite, é o reflexo mais preciso deste período negro na história da produção leiteira no nosso país. No entanto, julgo de enorme importância, uma reflexão profunda sobre as causas e efeitos desta crise na sociedade portuguesa, nomeadamente no tecido social, directamente ligado à produção.

Há já muito tempo, que a CNA, tem vindo a alertar para o cenário que se está a viver no momento actual. Desde sempre, a CNA, se bateu pelo aumento de quotas de produção de leite, coisa que os nossos governantes fizeram ouvidos de mercador. Seria, o aumento da quota de produção nacional, de máxima importância para que os produtores aumentassem a sua produção, ou seja, uma perspectiva totalmente inversa ao cenário, todos os anos instalado, de ultrapassagem de quotas, com consequentes penalizações para quem trabalha, ou de falta de leite, num país com excelentes condições para produzir mais e melhor.

Nos últimos anos, os produtores foram

assistindo a uma estabilização no preço que lhes era pago pelo leite, enquanto se dava à sua volta um aumento generalizado do custo dos factores de produção. Traduziu-se isto, no asfíxiar profundo de quem deste sector foi vivendo, sendo na maioria dos casos o encerramento das explorações a solução para dezenas de milhares de agricultores. A título de exemplo, no último ano o preço das rações teve um aumento superior a 30 %.

O aumento do leite à produção que tem ocorrido, nos últimos meses, devido às quebras de produção decorrentes da dificuldade em encontrar matéria prima, não é, no entanto, o suficiente, na grande maioria dos casos, para cobrir a distância que se foi agravando ao longo dos anos.

Perante tudo isto, deixo no ar, em jeito de lembrete, o processo de licenciamento das explorações pecuárias, que muito dificultará a vida dos produtores, e esperemos não seja o carrasco daqueles que, ainda, teimam em trabalhar neste sector.



ADERAVIS APICULTURA



Por Joaquim Pifano

As produções apícolas em 2007 parecem ter sido de alguma forma proveitosas em quase todo o território nacional. De facto, tivemos uma Primavera com humidade suficiente, e até abundante, para todos os tipos de flora melífera, o que resultou em produções de mel bastante razoáveis nessa estação.

Já o Verão que se previa desastrosamente quente, acabou por pactuar com o sector apícola e rivalizar com a própria Primavera em alças cheias. Até o famoso mel de giracídeo voltou a fazer parte das produções apícolas, desta vez graças à recente moda dos biocombustíveis, que o tornou numa cultura de eleição. No entanto ainda é prematuro cantar vitória, pois não sabemos se veio para ficar. Outras das fontes de néctar mais conhecidas do Alentejo, o Cardo e a Melada de Azinho, surgiram em abundância este

Verão, virtude das temperaturas baixas e humidade abundante.

Em suma, não foi um ano mau em termos de oportunidades, mas como bons produtores ligados à terra fica-nos sempre bem desejar um pouco mais.

É neste quadro de expansão da apicultura na região, que a ADERAVIS surge com um leque de novidades em termos apícolas que muito poderão beneficiar não só o sector como também a qualidade de vida na região em que está inserida.

Desta forma, a associação apresentou recentemente dois desafios aos associados que levados a bom termo trarão decerto reflexos em termos de qualidade ambiental e do mel produzido.



A. RECOLHA DE MEDICAMENTOS USADOS

Em tempo de preocupações ecologistas, e além das já tradicionais e muito conhecidas ajudas ambientais fomentadas pela prática da apicultura, resolvemos dar mais uma ajuda, desta vez a combater directamente a poluição. Todos os anos surgem grandes quantidades de medicamentos já usados, resultantes do tratamento das colmeias. A este lixo nem sempre é dado o fim mais acertado, é prática habitual os apicultores assumirem uma das três atitudes possíveis face aos medicamentos já usados uma vez retirados da colmeia:

– **Deixar os medicamentos usados no apiário,**

Atitude deveras prejudicial em termos ambientais, na medida em que os medicamentos ainda têm alguma toxicidade residual após o uso, e vão por isso poluir os solos e cursos de água, com os consequentes malefícios para a saúde humana e para a natureza em geral.

– **Queimar os medicamentos usados,**

Este procedimento, apesar de revelar alguma preocupação por parte do apicultor em eliminar o lixo, também traz graves inconvenientes, uma vez que a combustão desses produtos químicos ao ar livre (ou em casa) liberta para a atmosfera toxinas extremamente perigosas que poluem o ar e constituem sérios riscos para a saúde.

– **Colocar os medicamentos usados no lixo doméstico,**

Esta também não é a forma mais acertada de lidar com o problema, pois é altamente contraindicada a colocação de químicos venenosos no lixo comum, uma vez que o tratamento feito pelas centrais de recolha a estes resíduos não conta com a presença de materiais tóxicos.

Desta forma, foi pedido aos associados que recolhessem as tiras de medicamento usado em sacos de plástico e o trouxessem para um depósito na associação. Aqui, este lixo é acondicionado em sacos próprios para o efeito e remetidos para uma empresa especializada no tratamento destes materiais a preços quase simbólicos, assumidos pela ADERAVIS.

Os apicultores estão a aderir em força a esta iniciativa, tendo em conta as quantidades de tiras já recolhidas, o que demonstra o sentido de responsabilidade e preocupações ambientais de quem pratica a apicultura.

Esta responsabilidade devia ser igualmente assumida pelas entidades que produzem/distribuem os medicamentos, dotando as associações e zonas agrárias de recipientes próprios para o acondicionamento destes materiais e proceder mais tarde à sua recolha e posterior tratamento. Há muito que se fala em ser o próprio MADRP a desempenhar essa função, mas mais uma vez como em muitos outros casos se fica pelas intenções.

É também objectivo desta associação continuar com as intervenções em termos ambientais, nomeadamente na fomentação da prática de plantação de espécies melíferas pelos associados.

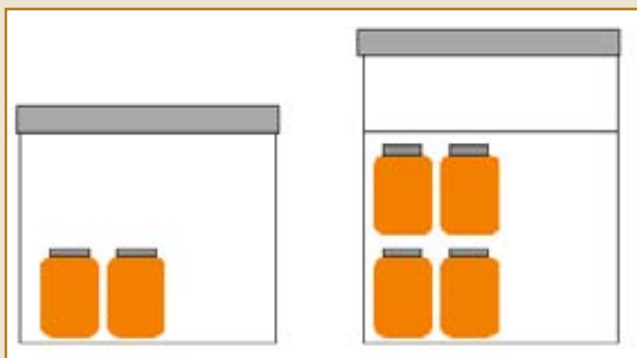
B. CONSERVAÇÃO DE CERAS PUXADAS

Desde a utilização das colmeias de quadros móveis que a conservação das ceras das alças constitui não só um problema para os apicultores como também um assunto deveras polémico. São inúmeras as teorias e os métodos para a localização, armazenamento e manutenção destes materiais. É prática habitual a manutenção das alças sobre o ninho ao longo de todo o ano, é a saída mais confortável para o apicultor, evita o trabalho de as retirar; transportar; armazenar; conservar; voltar a transportar e colocá-las de novo sobre os ninhos. Aí passam o Inverno,

aí se encontram durante as aplicações de medicamentos ou adições de alimento artificial e com todos os inconvenientes possíveis de tal prática.

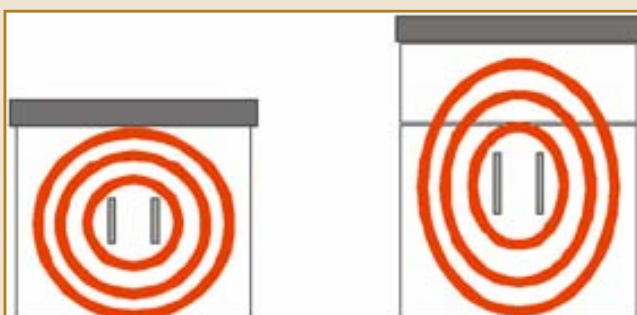
Desvantagens da manutenção contínua das alças sobre o ninho:

– A existência de um maior volume na colmeia durante o Inverno trará problemas de aquecimento acrescidos, o que se irá reflectir na duração das reservas de mel, que além de alimento é também usado para aquecimento da colónia. **A presença de alças sobre o ninho durante a estação fria leva mais facilmente ao esgotamento das reservas e à morte por fome ou frio.**

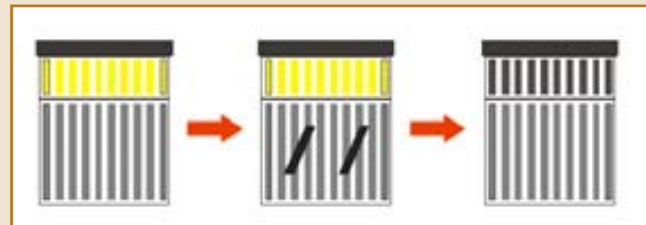


– Durante a aplicação de medicamentos a existência de um volume maior levará à diluição do mesmo medicamento e conseqüentemente a uma baixa na dosagem e na eficácia.

Por este facto **as colmeias tratadas na presença das alças são mais susceptíveis à resistência da Varroose e de outras moléstias.**



– As ceras das alças que passaram o Inverno em contacto com o medicamento ficarão com **resíduos tóxicos que contaminarão o mel durante a próxima fase de produção.**



Face ao exposto, há toda a vantagem em nunca juntar alças e medicamentos sobre o ninho. Antes de colocar o acaricida (ou outro medicamento), retiram-se as alças, quando é tempo de colocar as alças na colmeia, antes devem ser retirados todos os medicamentos.

O problema é assim bem fácil de resolver, cria-se no entanto outro mais complicado de solucionar – **A CONSERVAÇÃO DAS CERAS.**

Quase sempre o empilhamento de alças no armazém leva a ataques de traça e conseqüente destruição da cera “puxada”. Esta situação é deveras desagradável, pois há que repor toda a cera danificada, o que tráz custos para a exploração, como também pelo trabalho moroso de retirar as ceras destruídas dos quadros, esticar arames e colocar a nova cera.

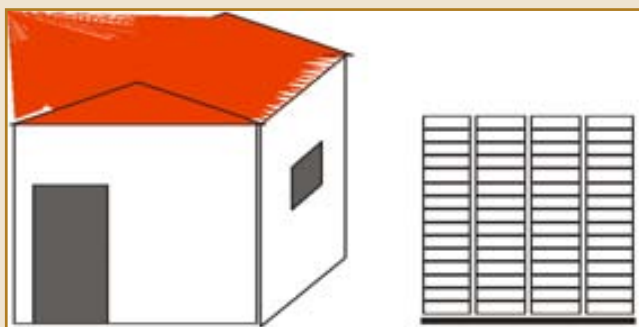
Muitos apicultores tentam resolver esta etapa:

- Mantendo as alças sobre os ninhos, com as já verificadas desvantagens.
- Retirar os quadros, colocá-los num recipiente estanque conservando a cera com bolas de naftalina, com a combustão de enxofre ou outros produtos químicos.
- Arejar os quadros, retirando-os das alças e pendurando-os num fio.
- Armazenando os quadros com cera puxada numa arca frigorífica.
- Mantendo as alças sobre os ninhos durante o período quente e retirando-os apenas no Inverno quando a traça deixa de constituir perigo para a cera.

Todos estes métodos apresentam uma ou mais falhas, pelo que o mais indicado será a construção/adaptação de um pequeno armazém ou câmara para as alças e cera puxada. Cada alça (meia alça) ocupa um espaço de 0,20 metros quadrados ou um volume de 0,030 metros cúbicos.

Ou seja, num metro cúbico é possível armazenar cerca de 30 a 33 alças.

Desta feita é possível construir ou adaptar a baixos custos uma pequena instalação que possa albergar as alças durante o período em que estão fora das colmeias. Uma pequena casa ou dependência semelhante às usadas para os motores de rega, com cerca de 2 x 2 x 2 metros, 8 metros cúbicos, permite armazenar aproximadamente 250 alças, o que excede as existências de muitos apicultores.



Se aumentarmos uma das dimensões da casa de 2 para 3 metros, aumentamos a capacidade de armazenamento em mais 150 alças, ou seja um total de 400.

O armazém de alças deverá ter o chão e o tecto em cimento para evitar a humidade. Uma porta e uma janela, fáceis de vedar/isolar para que uma vez cheias de alças e com o insecticida, este não escape para o exterior.

Os insecticidas habitualmente usados para o efeito, são extremamente tóxicos, pelo que todo o cuidado com o manuseio, crianças e animais não é de descurar. Já se verificaram acidentes graves com a sua utilização, por isso o interesse na construção/adaptação de instalações exclusivas para o efeito.

No chão deve ser colocado um estrado em madeira (paletes) para evitar problemas de

humidade e os inconvenientes fungos. Uma vez colocadas as alças no armazém, a porta e janela(s) serão fechadas e preferencialmente isoladas com fita ou silicone.

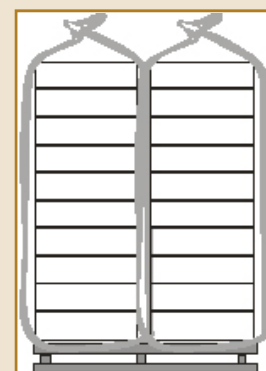
Estes insecticidas não são vocacionados para a apicultura, (de facto, insecticidas e apicultura parece mesmo despropositado), são antes específicos para a conservação de cereais, pelo que DEVERÁ SEMPRE LER O RÓTULO E SEGUIRAS INDICAÇÕES DE SEGURANÇA.

Na Primavera, e uma ou duas semanas antes de retirar as primeiras alças para colocar nas colmeias, deverá abrir a porta e a janela para que o armazém possa arejar convenientemente. Se as temperaturas forem altas deverá controlar as eventuais rein-festações de traça nas ceras que permanecem armazenadas.

Há quem opte por outra arrumação, comprando manga de plástico onde coloca as alças em pilhas individuais. Neste caso, o mais acertado, será colocar uma pastilha dentro do saco para cada 20 alças.

ATENÇÃO: A pastilha deverá ser colocada imediatamente antes de fechar o saco, para que o apicultor não fique sujeito aos gases tóxicos. Esta operação deve ser feita com bastante ventilação e com o cuidado necessário.

Esta parece ser a melhor solução, **na medida em que o apicultor só vai arejando e retirando do ARMAZÉM DE ALÇAS, a quantidade suficiente sem que as restantes sejam afectadas pela traça.**





ProDeR - MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS E SILVO-AMBIENTAIS

INTERVENÇÃO TERRITORIAL INTEGRADA DO DOURO VINHATEIRO

Por Pedro Santos

As intervenções territoriais integradas (ITI) fazem parte do sub-programa² (Gestão Sustentável do espaço rural) do ProDeR, antigo PDR (Plano de Desenvolvimento Rural). Em conjunto com a alteração dos modos de produção: Agricultura Biológica e Produção Integrada e a protecção da biodiversidade doméstica, formam o pacote de medidas designadas por medidas Agro-Ambientais. No anterior quadro existiam 23 destas medidas, agora com o ProDeR existem apenas 3, deixando de existir medidas como os Sistemas Policulturais e o Olival tradicional que eram da maior importância quer em termos ambientais quer no apoio à fixação e manutenção da pequena agricultura.

No ProDeR existem 9 intervenções territoriais integradas:

- ✓ Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Peneda-Gerês
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Montesinho-Nogueira
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Douro Internacional
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Serra da Estrela
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Tejo Internacional
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Serras de Aires e Candeeiros

- ✓ Intervenção Territorial Integrada Castro Verde
- ✓ Intervenção Territorial Integrada Costa Sudoeste

Com este artigo pretende-se abordar apenas a Intervenção Territorial Integrada do Douro Vinhateiro.



Condições de Acesso Compromissos Gerais

Para poderem vir a beneficiar deste apoio os produtores têm de apresentar uma candidatura para um período de cinco anos, junto das entidades receptoras, devendo deslocar-se à sua associação de agricultores, para a realizar. Decorreu até dia 15 de Novembro um período especial de candidaturas, especial devido a que o referido ProDeR, ainda não estava aprovado, de forma a que a candidatura só será válida depois da aprovação do plano. Um novo período de candidatura decorrerá provavelmente em

meados de Março, sendo que para estas o início do compromisso será em Outubro de 2008. Na prática só os agricultores que se candidataram neste período especial, têm direito a receber apoios referentes ao ano de 2008, visto que, quem vier a candidatar-se em Março, já o está a fazer para a campanha de 2008/2009.

É obrigatório cumprir as regras de condicionalidade em toda a exploração agrícola, sendo ainda obrigatório que:

- ✓ O aplicador de produtos fitofarmacêuticos deverá possuir formação conforme o expresso no Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro;
- ✓ Manter as condições gerais de acesso;
- ✓ Ter uma área mínima de 0,10 ha em parcelas armadas em socalcos suportados por muro de pedra posta;
- ✓ Declarar toda a superfície agrícola, agroflorestal e área de mortórios (áreas ocupadas por matos mediterrânicos em socalco suportado por muro de pedra posta) da unidade produção situada na área geográfica de incidência da ITI;
- ✓ Manter as árvores, os muros de pedra posta e outros elementos patrimoniais importantes para a paisagem e ainda as sebes arbustivas e/ou arbóreas de espécies autóctones entre as parcelas e nas extremas, não as tratando com herbicidas;
- ✓ Manter os pontos de água acessíveis à fauna, no período do Verão;
- ✓ Manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água, sem prejuízo das limpezas e regularizações necessárias ao adequado escoamento;



- ✓ Utilizar apenas os produtos fitofarmacêuticos aconselhados para a Protecção Integrada ou para o Modo de Produção Biológico;
- ✓ Proceder anualmente à confirmação da sua candidatura;
- ✓ Não fazer queimadas.

Área geográfica de aplicação

Região Demarcada do Douro - Área da Denominação de Origem “Porto” e “Douro”, de acordo com a imagem seguinte.



Ajuda Agro-Ambiental - Manutenção de Socalcos

Beneficiários

Agricultores de natureza privada, detentores de uma Unidade de Produção com parcelas situadas, no todo ou em parte, na área de incidência da ITI.

Condições de acesso/Compromissos específicos

Ter uma área em socalcos suportados por muros em pedra posta ocupada por:

- Vinha, com densidade mínima de 3 000 cepas/ha;
- Olival em sequeiro;
- Amendoal em sequeiro;
- Citrinos;
- Mortórios (matos mediterrânicos).

Todas as parcelas da unidade de produção que reúnam as condições expressas no ponto anterior, têm de ser candidatas.

Os muros de suporte e escadas devem ser mantidos em boas condições de conservação, sendo que é obrigatório recuperar os muros danificados no prazo máximo de dois anos.

Manter as culturas em bom estado de produção realizando as operações culturais tecnicamente adequadas e caso existam, as





oliveiras, amendoeiras e citrinos existentes na parcela ou na sua bordadura devem ser mantidas.

No caso de parcelas ocupadas com olival ou amendoal, não deve ainda:

- Efectuar mobilizações do solo com reviramento (com charrua, grade de discos ou alfaias rotativas);
- Efectuar mobilizações do solo sem reviramento entre 31 de Outubro e 31 de Março.

No caso de parcelas ocupadas com vinha, não deve, ainda, efectuar mobilizações do solo, com ou sem reviramento, entre 31 de Outubro e 31 de Março:

No caso dos mortórios, deve ainda:

- Manter o controlo de infestantes;
- Não realizar mobilizações do solo;
- Eliminar as espécies lenhosas exóticas, de acordo com as indicações da ELA (Estruturas Locais de Apoio).

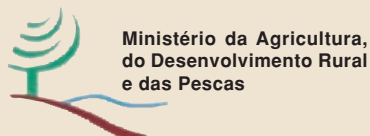
Valores da Ajuda

Área Elegível (ha)	Valor da ajuda (€/ha)
Área armada em socalco com ocupação elegível	[Comprimento do muro (metros) / área candidata (ha)] X 1,25 €

Nas parcelas ocupadas com vinha, olival, amendoal ou citrinos, da aplicação da fórmula não pode resultar uma ajuda por hectare superior a 900 €, assim como nas parcelas ocupadas com mortórios, da aplicação da fórmula não pode resultar uma ajuda por hectare superior a 450 €.

Acumulação

As ajudas previstas nesta acção são acumuláveis com as medidas agro-ambientais previstas, no âmbito da acção Alteração de Modos de Produção Agrícola. No entanto, a acumulação só é possível até € 900/ha/ano.



PIF – PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO CNA 2004 - 2007



Depois do PIF 2001-2003, a CNA executou o seu segundo Plano Integrado de Formação (2004 - 2007) dentro do III QCA, onde abordou os principais temas da Agricultura e do Mundo Rural, com a realização de numerosos Cursos e Seminários.



Unamos as nossas forças para defender a agricultura familiar na Europa!



A CPE (Coordenadora Agrícola Europeia) e a COAG (Coordenadora de Organizações de Agricultores e Produtores de Gado, Espanha) lançaram um APELO às organizações agrícolas que defendem a agricultura familiar para se concentrarem em Bruxelas, no passado dia 26 de Novembro, dia do Conselho Agrícola da UE, a que responderam afirmativamente várias centenas de agricultoras e agricultores, representando cerca de trinta organizações agrícolas de toda a Europa. Entre elas esteve também a CNA.

A acção teve por objectivo intervir no debate da avaliação e do futuro da PAC (Política Agrícola Comum) no momento da sua prevista modificação em 2008 («exame médico»), lançando um sinal de alarme e apelando para que se unam forças para salvar a agricultura familiar na Europa e exigir uma OUTRA política agrícola: legítima, solidária e sustentável.

Unidas nesta reivindicação, as organizações agrícolas marcharam até à Praça Schumann, onde estão as Instituições Europeias e onde decorria o Conselho Agrícola. No final do desfile, entre outras intervenções dos representantes das organizações, coube a João Vieira fazer uma breve exposição pela CNA e em nome da Agricultura Familiar Portuguesa. Para encerrar a acção e combater o imenso frio que se fazia sentir, foi distribuída uma “sopa camponesa” a todos os participantes.

Depois, repostas as energias, uma delegação, que João Vieira integrou, foi recebida por Jaime Silva, Presidente do Conselho Agrícola.

Paralelamente, uma outra delegação (de cerca de 50 representantes das OA's e integrada por Vanda Santos e Lucinda Pinto, pela CNA) reuniu com Deputados do Parlamento Europeu (PE), de vários países e diferentes forças políticas, encontro que contou ainda com a presença do Presidente da Comissão de Agricultura do PE. O objectivo foi

transmitir as preocupações e as propostas das organizações presentes. Dos Deputados Portugueses participou Ilda Figueiredo (PCP).

Na sequência da acção está ainda agendado um encontro CPE//COAG com a Comissária da Agricultura para dia 7 de Dezembro.

CNA PARTICIPA NUMA INICIATIVA DO MODEF

Nos dias 11 e 12 de Outubro de 2007, em Camplong d' Aude (Languedoc Roussillon) França, a CNA participou, a convite do MODEF, na “Universidade de Verão”, evento promovido por aquela organização congénere de França.

Os temas em debate foram a reforma de O.C.M. do Vinho sobre a qual as duas organizações têm idênticas preocupações, o balanço da PAC e suas consequências para a Agricultura Familiar de ambos os países e a troca de opiniões sobre o futuro da CPE (na qual ambas estão filiadas) e a sua eventual transformação numa nova Organização Europeia.

Foi também levada a cabo a comemoração do centenário das lutas dos viticultores no Sul de França, que em 1907, às centenas de milhares, perante uma crise profunda de escoamento do vinho (já nesse tempo), tinham como palavra de ordem “Não à fraude, sim ao vinho natural”.

Verifica-se que 100 anos depois, as propostas da Comissão Europeia, em 2007, pretendem legalizar a grande martelada transformando o vinho numa bebida industrializada, retirando-lhe o seu vínculo aos territórios.

A CNA esteve representada nesta iniciativa por João Vieira.



Seminário “Produção Integrada e Agricultura Biológica” decorreu em Braga

A CNA promoveu, nos dias 9 e 10 de Novembro, em Braga, um seminário dedicado ao tema “Produção Integrada e Agricultura Biológica”, no âmbito do PIF - Plano Integrado de Formação, que contou com a presença de diversas organizações associadas e agricultores de vários pontos do país.

Na mesa, o painel de oradores transmitiu conhecimentos relevantes para aqueles que se interessam por esta prática agrícola centrada no respeito pela Natureza e na dignificação do agricultor. Do lado da plateia, a destacar a participação activa dos presentes, que levantaram diversas questões e expuseram as principais dificuldades com que se deparam no seu dia-a-dia. Apesar da sua boa vontade e determinação, os agricultores acusam as demasiadas exigências que se lhes apresentam e que os podem afastar das novas medidas agro-ambientais.

Os trabalhos iniciaram-se com o Eng^o José Raul Ribeiro, orador do painel subordinado ao tema “Agricultura Biológica”, que anunciou um crescimento desta prática que chega até aos 15% ao ano e adiantou que, dadas as nossas excelentes condições edafo-climáticas, a Agricultura Biológica tem um grande potencial de crescimento no país. Mas apesar deste potencial, os agricultores biológicos deparam-se ainda com dificuldades, nomeadamente em fazer chegar os seus produtos ao mercado de forma eficaz. Foi neste sentido que se lançou um desafio à união e concentração, para que juntos os agricultores consigam organizar a oferta e obter melhores resultados.

No tema “Produtos de Qualidade (IGP, DOP, AB e PRODI)”, a Eng^a Margarida Venâncio realçou a importância do apoio aos agricultores na hora de comercializar os produtos, porque não basta apenas ajudá-los a aderir à Agricultura Biológica, é preciso acompanhar todo o processo. E é aqui que o papel dos técnicos deve assumir novas formas, para que não se esgote durante a produção.

O Eng^o António Mantas, da SATIVA (entidade certificadora), explicou os processos de controlo e a forma como são atribuídos os certificados de conformidade com as normas estabelecidas, desde a visita à exploração até à verificação do cumprimento do caderno de campo.

Da exposição do orador destaca-se um cenário positivo em termos de cumprimento das normas, sendo que as principais inconformidades se verificam ao nível da documentação e registos, e não tanto em termos dos métodos de produção propriamente ditos.

Ao falar sobre “Produção Integrada”, a Eng^a Cristina Rosa, da AVAPI, expôs algumas formas de produção eficaz, através da preparação e estudo dos solos, da análise dos mercados, do combate às pragas, etc. Mais uma vez foi destacada a importância do papel dos técnicos na prossecução da eficácia da produção, enquanto veículos de conhecimentos e conselheiros dos agricultores para a obtenção de melhores resultados em termos de produção e de comercialização dos seus produtos.

A Eng^a Ângela Dias, da CNA, apresentou os “Apoios à Produção Integrada e Agricultura Biológica no âmbito do PRODOR”. Na apresentação foram expostas as questões processuais de candidatura, as obrigações dos beneficiários, as condições de acesso, os compromissos e os valores da ajuda.

Alfredo Campos, da Direcção da CNA, encerrou os trabalhos em Braga relembrando o atraso do ProDeR e as suas implicações na vida dos agricultores. Apesar dos claros benefícios da Agricultura Biológica para o homem e para a Natureza, as políticas governativas continuam a privilegiar o agronegócio e as grandes empresas, relegando a agricultura familiar para segundo plano e contribuindo, deste modo, para o agravamento das dificuldades dos agricultores e para a desertificação das zonas rurais.

Com esta iniciativa, a CNA encerrou o seu Plano Integrado de Formação 2001-2007, no âmbito do III QCA, durante o qual se realizaram cerca de 250 acções por ano, entre elas 24 seminários, que levaram os principais temas da Agricultura e do Mundo Rural a 21.000 formandos de diversos distritos do país.



ADEFM promoveu III Seminário “Gestão Florestal Sustentável dos Baldios”

A Associação de Defesa da Floresta do Minho - ADEFM promoveu, no dia 17 de Novembro, em Cabeceiras de Basto, o III Seminário “Gestão Florestal Sustentável dos Baldios”, uma iniciativa que contou com a presença de 100 compartes, em representação de várias unidades de baldios do distrito de Braga.

O seminário, que despertou também bastante interesse junto de técnicos da DGRF e de outras associações do sector, surgiu no seguimento da preocupação da ADEFM com o desenvolvimento sustentado do espaço florestal dos baldios. Com o objectivo de identificar problemas e procurar caminhos para os resolver, reuniu-se um conjunto de entidades e personalidades ligadas ao sector, no sentido de conjuntamente contribuir para uma gestão florestal sustentável enquadrada com a realidade dos nossos baldios.

Durante as intervenções ficou claro que os baldios constituem um potencial importante para o desenvolvimento rural sustentável do nosso País. A estes espaços comunitários está reservado um papel de extrema importância na subsistência das camadas mais pobres das populações locais, já

que a par das utilizações tradicionais que continuam a ser usadas pelos compartes, como seja a exploração florestal e a pastorícia, os seus recursos podem ser explorados de novas formas e em múltiplas áreas, tais como a pesca e caça, a apicultura, a exploração de pedra, o turismo e lazer, bem como o aproveitamento de energia eólica e de biomassa.

Outra das conclusões retiradas deste seminário indica que a gestão das áreas baldias estará sempre condicionada pelas vontades de actuação dos seus órgãos de gestão. Deste modo, o reconhecimento e pleno funcionamento dos órgãos gestores, o Conselho Directivo e a Assembleia de Compartes, assumem especial importância, pois uma organização com capacidade técnica, financeira e jurídica é um instrumento decisivo para a gestão e desenvolvimento do baldio.

Reconhecendo que o movimento associativo comunitário é um instrumento decisivo para a defesa e desenvolvimento sustentável e integrado dos baldios, será necessário apoiar e consolidar as associações do sector na dinamização de novas formas de gestão e defesa florestal.



FICHA TÉCNICA

Editor: Confederação Nacional da Agricultura – CNA • Morada: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 COIMBRA • Telefone: 00351 239 70 89 60
Fax: 00351 239 71 53 70 • E-mail: cna@cna.pt • URL: www.cna.pt • Director: João Dinis • Coordenador dos Serviços Agro-Rurais: Roberto Mileu • Coordenador Executivo: José Miguel • Fotos: Arquivo da CNA, Prof. Miguel Malta • Redactores do Caderno Técnico: Joaquim Pífano e Pedro Santos • Colaboradores neste número: Cristina Branco e Vanda Santos • Periodicidade: Bimestral • Tiragem: 10 000 exemplares • Depósito legal: 180302/02 • Composição, Fitolitos e Impressão: AT-Loja Gráfica